



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**LEI Nº 2.473 - de 19 de julho de 1994.**

**“Altera a Lei nº 2.446 de 16/05/93, que cria empregos públicos na área de saúde e dá outras providências”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:**

**Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, inciso IV, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Os empregos de Inspetor Sanitário e de Auxiliar de Laboratório de que trata o anexo II da Lei nº 2.446, de 16/05/94, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**a)** escolaridade: 2º Grau completo ou equivalente.

**Art. 2º** - Fica acrescentado ao anexo II da Lei nº 2.446, de 16/05/94, as especificações do emprego público de médico urologista anexa.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO RIO BRANCO**, em 19 de julho de 1994.

**ELOY TROJAN**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Data supra.

**Alberto Moura**  
Secretário de Governo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA: **Médico**

**Padrão: 09**

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES:

- Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo trabalhos de defesa e proteção da saúde do indivíduo nas várias especialidades médicas através de Programas voltados para a saúde pública, tratamento clínico ou cirúrgico.

ÁREA DE UROLOGIA:

- 1 – Fazer diagnósticos e tratamento das moléstias e anormalidades do aparelho urinário;
- 2 – Efetuar exame sistemático em escolares e pré-escolares;
- 3 – Preencher fichas médicas dos clientes;
- 4 – Prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista;
- 5 – Participar de juntas médicas;
- 6 – Participar de programas voltados para a saúde pública;
- 7 – Solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários;
- 8 – Solicitar o concurso de outros Médicos Especialistas em casos que requeiram esta providência;
- 9 – Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis outras de caráter público;
- 10 – Planejamento familiar e tratamento da infertilidade.